

Congresso vota salário de madrugada

Deputados e senadores finalmente conseguem quórum e aprovam sua própria remuneração

BRASÍLIA — Senadores tiveram de ser buscados em casa, por volta da meia-noite de ontem, para possibilitar a votação do projeto que fixou a nova remuneração dos congressistas, aprovado às 2 horas da madrugada, depois de tumultuadas sessões na Câmara dos Deputados e Senado Federal. Entre outros senadores, foram chamados, em casa, Alfredo Campos, Albano Franco e Mauro Benevides (PMDB), Álvaro Pacheco (PFL) e Affonso Camargo (PTB). Foi a primeira sessão do Congresso após a promulgação da nova Constituição, em 5 de outubro.

O projeto, em essência, mantém a remuneração que os parlamentares recebiam mensalmente em dinheiro, sob diversas formas, até 5 de outubro, com o acréscimo das Unidades de Referência de Preços (URPs), dos meses de novembro e dezembro. São cerca de Czs 4 milhões em dezembro, mas os congressistas, na prática, passam a receber menos, uma vez que sobre o rendimento total incide o Imposto de Renda na fonte, em torno de Czs 1,4 milhão, este mês para um parlamentar com dois dependentes.

Pelas regras antigas, os parlamentares recolheriam na fonte menos de Czs 200 mil em dezembro, pois o imposto incidia apenas sobre a parte fixa do vencimento, que não incluía a remuneração por sessões, e subsídios como auxílio transporte e outros. No projeto aprovado ontem, porém, a ajuda de custo, que se mantida como antes equivaleria a Czs 500 mil, concedida em duas vezes, no início e final das sessões legislativas, transformou-se num décimo-terceiro salário.

Desde outubro os parlamentares não estavam recebendo os subsídios porque não havia amparo legal na Constituição para isto. O projeto aprovado ontem era necessário, assim, para que a remuneração total prevista na Constituição passe a vigorar.

DIVISÃO

O projeto aprovado divide a remuneração em duas partes: subsídio, correspondente a Czs 1.566.992,00, no mês de outubro, e representação, correspondente a Czs 1.100.000,00, também em outubro. Isso equivalia à remuneração daquele mês, incluídos os "jetons" por sessão extraordinária (extintos pela nova Constituição) e os auxílios de gabinete e de transporte. A remuneração, como antes, é readjustada, como os vencimentos dos servidores públicos, com base na URP.

Colocado em votação o projeto, o líder do PDT, Vivaldo Barbosa, pediu chamada nominal e as bancadas de esquerda retiraram-se do plenário. Mesmo assim, houve número. A proposição foi aprovada por 242 votos contra onze e duas abstenções. Em seguida, foi a vez do Senado. Havia em plenário apenas 25 senadores, quando o mínimo necessário para deliberação é de 37. Foi a vez de os defensores do projeto protelarem a sessão, para dar tempo de os senadores retornarem ao plenário. Já era quase meia-noite e vários deles tinham ido para casa. Duas horas depois, finalmente, fez-se a chamada e o projeto foi aprovado por 36 contra um e uma abstenção.



AE - 14/1/88

José Paulo/AE - 19/10/88

Brandão protesta contra voto em causa própria e Ulysses justifica: deputados enfrentam dificuldades